

O Ensino na Escola Naval: características e questões

Prof. Dr. Cláudio de C. Silveira
(NEE-UNICAMP / GEDESI-UNESP- Franca)

Introdução

Este trabalho é uma apresentação de alguns aspectos relacionados à organização do ensino na Escola Naval (EN) da Marinha do Brasil (MB), a partir de considerações relativas à dinâmica do contexto brasileiro e internacional nas últimas três décadas. Nosso objetivo se pauta em especificar a formação humanística dos futuros oficiais e a sua relação com o Estado e a sociedade brasileira, em cumprimento aos interesses político-estratégicos nacionais. O texto apresentado é uma parte integrante de nossa tese de doutorado apresentada ao IFCH-UNICAMP(Silveira, 2002).

Os Desafios da Formação Atual dos Oficiais da Marinha do Brasil

O comandante Antônio Dias (2001) abordou a formação dos oficiais da MB apresentando a sua evolução histórica através da criação da organização da EN e do Centro de Instrução Almirante Wandelcok (CIAW) , ressaltando a importância da ciência na profissão moderna assim como a emergência da subjetividade e do conhecimento pós-moderno. Sua argumentação caminha na descrição das áreas técnico-científica, humanista e militar nas academias navais brasileiras, no desenvolvimento do plano de carreira dos seus oficiais e na comparação com a realidade de alguns países como Portugal, Estados Unidos, França, Inglaterra, Argentina, Chile e Venezuela. Por fim, o comandante Dias fez uma comparação com o meio profissional civil brasileiro. Sua ênfase foi dada a fim de colaborar na formulação de uma proposição que venha a aperfeiçoar a formação básica dos oficiais da MB diante das necessidades / características do mundo moderno e dos desafios do século XXI. A montagem do Sistema de Ensino Naval (SEN) com base na legislação vigente e a sua compatibilização com a estrutura organizacional da MB estão ligados à Sinopse Geral do Curso de Bacharéu em Ciências Navais, estruturado pela Diretoria de Ensino da Marinha (DensM), cujos requisitos são as áreas referidas anteriormente. Estas se diferenciam em termos percentuais gerais da seguinte forma: a) humanística 990 horas (32,4%) ; b) técnico-científica 1.125 horas (36,8%); c) profissional-naval 945 horas (30,8%), num currículo cuja carga total é de 3.060 horas. A formação do oficial do Corpo da Armada possui 24% para as duas primeiras áreas e 49% para a terceira; o Corpo de fuzileiros possui 24% para a primeira, 28% para a segunda e 48% para a terceira.; no Corpo de Intendência temos 24% para a primeira, 27% para a segunda e 49% para a terceira. Este oficial fez um balanço das três áreas após o desenvolvimento da carreira no curso de aperfeiçoamento; seu entendimento é o de que a, embora o preparo profissional-naval seja “fundamental” para o exercício dos cargos, a formação humanística é “imprescindível” no contexto do mundo moderno. Por seu turno, o preparo técnico-científico deve ser melhor balanceado a fim de

contribuir com a carreira dos oficiais. O comandante Dias ressaltou ainda que há diversificação na formação militar no mundo moderno, assim como no mundo civil, que possui uma formação flexível e polivalente. O contexto da globalização impõe que haja “valorização crescente da competência e do conhecimento” por causa da sua própria dinâmica, responsável pela criação de mudanças sociais profundas. Para a realidade regional, o Mercosul assume uma importância considerável. Em razão disso, a MB precisa considerar com muito cuidado a formação de seus oficiais a fim de ter uma visão mais adequada do mundo em que vivem e exercem a sua profissão, assim como da organização a qual pertencem. A qualidade da formação profissional está diretamente ligada ao desenvolvimento de competências variadas, que vão desde a interação social à adaptação flexível às diversas necessidades do trabalho. Para a MB isto significa ter um oficial capacitado para absorver a evolução tecnológica e capaz de desenvolver atributos morais, intelectuais e culturais. Isto implica na adoção de um preparo “geral e polivalente”, tendo o devido cuidado em não comprometer a formação militar-naval, o que fatalmente recai na revisão do currículo da EN, tornando-o mais balanceado entre as três áreas de conhecimento consagradas pela estrutura de ensino. Assim mesmo, a área de Humanidades poderá ter uma participação maior através de disciplinas como Direito e Administração. O argumento de Dias está inspirado na sua percepção de profissionalismo militar tal como descrita por Janowitz (1967), onde a educação geral / integral só poderia ser alcançada a partir da atualização curricular e um treinamento mais avançado nas Humanidades para o conhecimento tanto das relações interpessoais como das relações internacionais. Deste modo, para o comandante Dias, estaria lançado o fundamento de preparação e “desenvolvimento da Marinha do futuro” .

Questões Sobre a Educação Naval

Tendo descrito as considerações anteriores, passamos aqui a fazer alguns dos nossos comentários sobre o SEN. Ele tem como característica de organização e funcionamento peculiares aos interesses e às necessidades da corporação naval e possui fundamentação oferecida pelos diversos documentos que configuram o serviço público e a carreira militar, do mesmo modo, está apoiado numa imensa variedade de documentos elaborados na própria MB, formando uma unidade complexa de princípios, normas e regulamentações através de planos, doutrinas, programas e leis. Chamamos à atenção para alguns aspectos que merecem consideração a partir dos relatos expostos pelos oficiais e a tentativa de seu enquadramento dentro de um " modelo equilibrado" (Moskos,1985) feita da nossa parte.

Em primeiro lugar, para a realização de seus objetivos, a MB naturalmente, depende da estrutura de ensino vigente no país. A corporação oferece algumas entradas de acesso à carreira de oficial, sendo os indivíduos oriundos: a) do Colégio Naval (CN); b) do ensino médio; c) dos quadros de praças e d) das universidades civis. Em todas elas, a MB precisa trabalhar com a questão da qualidade /

precariedade do ensino nacional, sendo que, em a e c ela possui um tempo de preparação e treinamento que podem contribuir para chegar mais perto do perfil de oficial desejado, pois o processo está mais subordinado ao seu controle. Nas outras formas de entrada, a MB fica mais dependente da demanda, por isso instala uma seleção classificada como rigorosa. Neste sentido, a MB visa absorver uma parte da elite escolar brasileira nas várias áreas de conhecimento técnico-científico e das Humanidades. Estes indivíduos passam de “civis de farda”, a ter um comportamento mais propriamente militar e de cunho tradicional. Porém, o contrário deve ser considerado, pois o seu conhecimento e origem cultural criam algum impacto na vida da corporação, contribuindo para o processo de "civilização", segundo Janowitz, que ajuda na adoção de valores organizacionais.

Mas, uma questão importante sobre o SEN, tem a ver com os limites de suas finalidades. Estes são impostos pela legislação vigente, como é o caso da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e do Ministério da Educação (MEC), desde que a MB passou a reestruturar o seu ensino na década de 70, com a implementação de seu Programa de Reaparelhamento. A pretensão de criar uma formação genericamente reconhecida como graduação plena em Engenharia, ajudaria a recrutar parte do pessoal qualificado das escolas brasileiras, entretanto o MEC não autorizou. Isto demonstra um aspecto importante nos limites das instituições militares no que tange à sua autonomia. Do ponto de vista administrativo / autárquico, a educação castrense não pode extrapolar o padrão estabelecido, por exemplo, impedindo que um oficial formado na instituição venha a desempenhar funções civis. Um aspecto que merece destaque é que tal impedimento ocorreu dentro de um contexto ditatorial, onde, supostamente, todos os interesses da instituição militar poderiam ser atendidos. Mesmo tendo militares na chefia e demais cargos desse Ministério, tal dispositivo fora negado à MB, e assim, permanece até os dias atuais. A saída encontrada pela corporação através da Formação Diversificada da Escola Naval (FDEN), tenta conciliar interesses dentro dos limites, perseguindo os seus objetivos de qualificação técnico-operacional dos oficiais. Assim, verificamos que o problema da autonomia autárquica não está exclusivamente relacionado ao regime político. Ele decorre também de injunções burocrático-administrativas, estruturadoras de um modo próprio e específico no caso brasileiro. Isto se estendeu através das alterações de regime, em que pese a autonomia garantida ao ensino militar pela LDB em vigor no passado e no presente.

Em segundo lugar, os recursos humanos disponíveis para a formação dos oficiais podem estar fora, mas, devem estar, preferencialmente, dentro da corporação. Isto acontece não só por causa da carência de recursos materiais, como também pela visão adotada de quem são os agentes responsáveis pelo desempenho de tal tarefa. Podemos aqui registrar um pouco mais da ambigüidade do "modelo equilibrado"; os professores civis têm uma notável qualificação acadêmica, mas, são apontados como alvo de preocupação em dois aspectos: a) financeiro - pois o salário é reconhecidamente baixo, desestimulando maiores investimentos na carreira e no tempo de trabalho,

apesar da existência do instituto da estabilidade no serviço público estabelecido pela União; b) ético-moral - os professores civis possuem valores e comportamentos distintos dos professores militares de carreira, o que pode gerar conflitos no interior dos corpos docente e discente das escolas, mais ainda para o caso do CN e da EN. Este é um ponto importante para a reflexão de quem deve formar o oficial, sobretudo se levarmos em conta as transformações sociais existentes na atualidade, dentro e fora do país. Ao mesmo tempo, em que a corporação precisa de oficiais mais antigos e experimentados na vida em caserna e nas funções marinheiras, ela necessita do conhecimento e experiência de homens e mulheres profissionais, formados nas universidades civis, contribuindo para implementar novos métodos e técnicas de ensino-aprendizagem, além de conteúdos considerados mais modernos. A saída encontrada em contratar oficiais inativos indica a ausência de recursos financeiros desejáveis, assim como de apego ao tradicionalismo. A MB, as outras Forças e as universidades têm enfrentado um problema crônico de falta de pessoal. Atualmente, ela possui 343 professores, basicamente civis, para as escolas que estão sobre a jurisdição da DensM, mas há uma carência de quase 5 mil servidores, sendo 193 professores, que só pode ser preenchida com autorização do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que administra a situação dos quase 9 mil servidores civis da MB.

Em terceiro lugar, é notório que a adoção da FDEN foi um passo significativo para a MB, naquilo se pretende em termos dos objetivos da missão da EN, estabelecidos pela sua estrutura curricular. É certo que devemos considerar os problemas de funcionalidade que demandam modificações. Nisto, as habilitações adotadas são entendidas como válidas para absorver a necessidade de preparo e emprego dos homens nas atividades bélicas da MB, que tenta acompanhar as modificações tecnológicas dos meios navais. Contudo, tal fato não impediu a valorização de aspectos mais tradicionais, ligados ao ensino de Liderança. Os oficiais devem ser preparados para desempenhar com mais eficácia as funções nas organizações navais, mas também devem ser aperfeiçoados na arte de comandar e administrar o serviço de seus subordinados nos seus vários corpos e quadros. O que foi chamado de “sólida formação profissional” deve comportar as duas áreas de competência. Pelo menos para o aspecto relacionado aos objetivos deste trabalho, ressaltamos a importância do ensino dos conhecimentos humanísticos. Embora o número de horas-aula tenha sido considerado exagerado em relação aos conhecimentos técnico-científicos, poderá ser observada uma apresentação mais ampliada da importância das disciplinas humanísticas ministradas na EN, além da sua contribuição para a formação do futuro comandante num contexto social altamente dinâmico. Consideramos este aspecto extremamente válido para a educação ético-política dos oficiais da MB, que deve repercutir dentro de todo o processo de desenvolvimento de sua carreira, sobretudo quando chegar nos níveis superiores, quando da realização dos cursos da EGN. Ora, se isto é válido para tais níveis, pensamos que deve ser também fundamental que este incentivo seja ampliado

desde a formação básica do oficial, em nome dos objetivos da educação voltados para o serviço à cidadania e ao poder político. Podemos ressaltar também que o ensino das Humanidades é considerado válido na MB para abordar o contexto cultural de crises e mudanças de paradigmas científicos, pois elas são responsáveis pelo tratamento da complexidade do mundo atual. Esta questão toma mais relevância quando relacionadas às exigências de qualificação profissional e às competências a ela relacionadas, por causa das atividades de comando. Neste sentido, Janowitz é mencionado por um oficial, contudo sem referências explícitas ao processo de "civilininação" por nós destacado neste trabalho. Há desdobramentos destas questões pertencentes à adoção de um modelo mais ou menos tradicional na MB e sua estrutura de ensino. Assinalamos que eles aparecerão ressaltados adiante na abordagem que fazemos sobre a formação dos oficiais através do ensino ministrado na EN e na EGN.

Na discussão anterior das questões relacionadas ao ensino na EN, podemos verificar ao longo das últimas três décadas, uma modificação na sua estrutura, em nome de um certo ideal de modernização empreendido pela MB, sobretudo a partir da implementação de seu sistema de fragatas. Este foi significativo porque deu à MB maiores condições de dispor de meios navais mais adaptados ao porte que o Brasil almejava ter, dentro das mudanças implementadas pelos governos militares nas décadas de 60 e 70, conhecidas genericamente por “milagre econômico”. Com um tipo de equipamento mais avançado, a MB se tornou mais capaz de deter conhecimentos técnicos, próximos às Marinhas mais avançadas de porte médio. Esta modernização provocou mudanças importantes na formação dos jovens oficiais, gerando a FDEN, que existe até os dias atuais com algumas modificações. Entendemos que o conhecimento técnico-profissional é valorizado pelos oficiais para a reprodução e ampliação do saber técnico-científico, conforme estão consignados nas áreas de Engenharia e Sistemas, do mesmo modo, as Ciências Exatas contribuem para o embasamento da formação geral. Porém, segundo o exposto acima, a formação moral e cívica que forja o espírito militar, tem sido alvo de crescente preocupação da parte da MB. Isto porque os atributos espirituais são fruto da reprodução de valores estabelecidos como legítimos pela corporação. Neste caso, ganham maior peso os saberes humanísticos. A criação de simpósios sobre o ensino de Liderança pela EN é significativa em uma situação complexa, onde a corporação precisa investir sua atenção para conseguir resultados satisfatórios em termos de recursos humanos. Os ingressantes são jovens criados em um ambiente cultural mutável, diverso, liberal, dinâmico e complexo, portanto distinto da vida militar, mesmo que tal situação se refira também aos alunos egressos do CN, que já passaram alguns anos de adestramento, segundo os parâmetros estabelecidos pela MB. Por esta razão, assinalamos que a MB enfrenta um dilema específico das instituições militares contemporâneas, em função da necessidade de educar jovens brasileiros, segundo os ideais de honra, patriotismo etc, ao mesmo tempo em que precisa manter-se aberta aos influxos da

sociedade a qual pertence, onde existem desequilíbrios sociais, maiores incertezas, flexibilidade, liberalidade e emergência de questões relativas às diferenças étnicas, religiosas e de gênero. Este ambiente tem se tornado acelerado com a massificação das novas tecnologias da comunicação, de produtos que simbolizam sonhos de consumo e busca de realização individual, acentuada ainda mais pela competição do mercado de trabalho. Tal dilema contribui para manifestar as características mistas de um modelo equilibrado na tentativa de ser tradicional e moderna ao mesmo tempo. A nosso ver, tal fato contribui para a aproximação do enquadramento feito por Moskos sobre a instituição militar. É na adoção deste modelo que interpretamos suas considerações feitas pelos oficiais aqui apresentados, no que tange à capacidade de comando e liderança. Parece ser bastante importante para a MB que o futuro oficial comandante saiba desenvolver competências além das atribuições técnico-operacionais e administrativas, conforme está localizado na discussão sobre a questão da “qualidade” que deve ser perseguida em todas as organizações militares-navais brasileiros. Além disso, torna-se importante o desenvolvimento de saberes ligados ao exercício da liderança, tornando válidos os conhecimentos específicos de Psicologia, Sociologia, Liderança, Educação Militar-Naval, Direito, Antropologia e Política Internacional. Interpretamos esta preocupação um aspecto relevante na preocupação com os indivíduos que terão de lidar com situações sensíveis dentro e fora dos ambientes militares.

Entretanto, há um outro aspecto da formação militar brasileira que não está no enquadramento do modelo equilibrado citado pelos teóricos. Insistimos neste aspecto pelo fato de que a sociedade brasileira passou pelo processo de transição política protagonizada pelos militares. No contexto atual desta sociedade, a cidadania é um valor e uma atitude válida e legítima no texto constitucional e na legislação vigente, inclusive a educacional, como a LDB e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Vemos isto como relevante para a relação entre civis e militares, assim como para o amadurecimento da democracia, pois a necessidade de seu desenvolvimento no país deve ser do interesse de todos: Estado, povo e Forças Armadas.

Referências Bibliográficas

- DIAS, A. F. M., *A Formação Básica do Oficial de Marinha*, EGN, 2001, digit .
- ESCOLA NAVAL, www.mar.mil.br/en , acesso em 10 de fevereiro de 2001.
- _____, *Manual de Liderança* , 1998.
- FONSECA, L., F. P. da, Diretrizes do Comandante para o Ensino “in” *Revista Marítima Brasileira* , 4 T, 1998.
- JANOWITZ, M., *A Profissão Militar*, São Paulo, GRD, 1967.
- MOSKOS, C. / HARRIES-JERKINS, G., *Las Fuerzas Armadas y la Sociedad Moderna “in”* BANÓN, R. / OLMEDA, J. A ., *La Institución Militar em El Estado Contemporáneo*, Madrid, Alianza Editorial, 1985.
- LUQUE, A. R. *Chega de Teorias. Vamos à Prática “in” Revsista Marítima Brasileira* 2T 1999.

ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – João Pessoa, 2003.

SILVEIRA, C. de C. A Formação dos Oficiais da Marinha do Brasil: educação, profissão, pensamento estratégico (1978-2001), Tese de Doutorado IFCH-UNICAMP, 2002, digit.